



ATA DE REUNIÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA

ATA 15 - NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA

Aos 18 de dezembro de dois mil e dezessete às 14 horas, reuniram-se no Bloco 06, Espaço 04, Sala 11, na UNILA – PTI, no município de Foz de Iguaçu, os integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila, os professores Lucimara Flávio dos Reis, María Alejandra Nicolás, Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski e Pedro Staevie. O **primeiro ponto de pauta** diz respeito ao desligamento do Prof. Flávio Alfredo Gaitán, em razão de seu afastamento para pós-doutorado. O NDE aprova o desligamento do prof. Flávio e solicita que o Colegiado promova a eleição de novo membro. O **segundo ponto de pauta** diz respeito à consolidação de todas as modificações discutidas durante o ano de 2017, resumidas a seguir. No eixo “Ciclo comum, formação geral e interdisciplinar”: a) “História contemporânea” é mantida no 1º semestre; b) “História do pensamento econômico” torna-se optativa; c) “Introdução à macroeconomia” é excluída e é criada “Introdução à economia”; d) “Economia do setor público” passa para o 4º semestre, com atualização da ementa e inserção de pré-requisito; e) “Análise de desenvolvimento” é excluída; f) “Estado e globalização” é criada como optativa; g) “Antropologia econômica” passa a ser optativa. No eixo metodológico do curso: a) “Metodologia da pesquisa científica” passa para o 4º semestre; b) “Introdução à pesquisa qualitativa” é excluída e, no seu lugar, é criada a disciplina obrigatória de “Técnicas de pesquisa qualitativas” no 5º semestre, tendo “Metodologia da pesquisa científica” como pré-requisito; c) “Introdução à estatística” é excluída; d) “Técnicas de pesquisa quantitativa” passa a ser obrigatória no 6º semestre, com ementa atualizada e inclusão de pré-requisito; e) “Trabalho de conclusão de curso I – TCC I” passa para o 8º semestre, com ementa atualizada e inclusão de pré-requisito; f) “Trabalho de conclusão de curso II – TCC II” passa para o 9º semestre, com inclusão de pré-requisito. No eixo “Estado e sociedade”: a) “Estado e Governo” e “Teoria política contemporânea” são excluídas e o conteúdo é fundido em uma única disciplina obrigatória chamada “Teoria do Estado” a ser cursada no 1º semestre; b) “Regimes e formas de governo” passa para o 2º semestre, com ementa atualizada e inclusão de pré-requisito; c) “Instituições políticas” é excluída; d) “Sistemas políticos comparados” é excluída; e) “Métodos de pesquisa de política comparada” é excluída; f) “Estado e sociedade civil” é excluída; g) “Direito Constitucional” permanece no 3º semestre, com atualização de ementa e inclusão de pré-requisito; h) “Direito Administrativo I” permanece no 4º semestre, com atualização de ementa e inclusão de pré-requisito; i) “Direito Administrativo II” permanece no 5º semestre, com atualização de ementa e inclusão de pré-requisito; j) “Direito financeiro e tributário” passa a ser obrigatória no 6º semestre, com atualização de ementa e inclusão de pré-requisito; k) “Regulação de serviços públicos” passa a ser optativa, com atualização de ementa; l) “Elementos de Direito Internacional” passa a ser optativa, com atualização de ementa; m) “Teorias e processos de integração regional” é excluída. No eixo Administração Pública e Políticas Públicas: a) “Fundamentos de Administração Pública” torna-se optativa; b) “Fundamentos de Política Pública” torna-se optativa; c) “Teoria da Administração Pública I” passa a ser obrigatória no 1º semestre; d) “Teoria da Administração Pública II” passa para o 3º semestre, com atualização e inclusão de pré-requisito; e) é criada a disciplina “Administração pública estratégica” obrigatória do 7º semestre; f) “Políticas Públicas I” passa para o 2º semestre, com atualização de ementa; g) “Políticas Públicas II” passa para o 4º semestre, com atualização de ementa e inclusão de



pré-requisito; h) “Controle social” e “Gestão Participativa” são excluídas e os seus conteúdos são aglutinados em uma única disciplina chamada “Controle social e institucional”, obrigatória, no 5º semestre, com Políticas sociais como pré-requisito ; i) “Avaliação de políticas públicas” passa a ser obrigatória no 6º semestre, com ementa atualizada e inclusão de pré-requisito; j) “Políticas públicas setoriais” é excluída; k) “Políticas públicas de desenvolvimento local e regional” é excluída; l) “Sistemas de informação para o setor público” é excluída e no seu lugar é criada “Democracia digital e Governo eletrônico”, obrigatória no 7º semestre; m) “Políticas sociais” passa a ser obrigatória no 4º semestre, com ementa atualizada; n) “Planejamento governamental” e “Gestão financeira e orçamentária” são excluídas e os seus conteúdos são fundidos na disciplina “Planejamento e orçamento público”, obrigatória do 5º semestre, com pré-requisitos; o) “Gestão de plano de governo” é excluída; p) “Teoria das Organizações” passa a ser optativa; q) “Logística no setor público” passa para o 6º semestre; r) “Elaboração e gestão de projetos públicos” passa para o 7º semestre, com pré-requisitos; s) “Gestão de pessoas para o setor público” passa para o 5º semestre; t) “Contabilidade para o setor público” é excluída; u) São criadas as disciplinas “Ateliê Análise e gestão de políticas públicas I”, no 6º semestre, “Ateliê Análise e gestão de políticas públicas II”, no 7º semestre e “Ateliê Análise e gestão de políticas públicas III”, no 8º semestre. Decidiu-se também que das 8 disciplinas optativas necessárias para integralizar o currículo, os alunos poderão cursar 3 disciplinas em áreas afins: Ciência política e sociologia, Economia, Geografia, Saúde coletiva, Desenvolvimento rural, Relações Internacionais e Arquitetura e urbanismo. Aprovou-se, ainda, o aumento da carga de atividades complementares para 35 créditos, totalizando 595 horas-aula. No total, são 182 créditos de disciplinas, correspondentes à 3094 horas-aula. Somadas às 595 horas de atividades complementares, o curso contém 3689 horas aula, que correspondem à 3.173 horas-relógio. **O segundo ponto de pauta** versou sobre os ajustes necessários nas tabelas de componentes curriculares, de equivalências e de grade curricular decorrentes da reforma do PPC. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião e esta ata é assinada por mim, Profa. Maria Lúcia Brzezinski e pelos demais presentes.

Jamur Marchi:

Lucimara Flávio dos Reis:

Maria Alejandra Nicolás:

Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski:

Pedro Staevie: